



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO
SEGUNDO PERÍODO DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA
DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA.

No décimo nono dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém - CMB, sob a presidência do vereador Mauro Freitas. Este solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico. Em seguida, abriu a sessão. Iniciado o Horário do Expediente, pronunciaram-se os vereadores inscritos. Subiu então à tribuna o vereador Pablo Farah e comentou sobre a expectativa de reabertura de alguns segmentos em nossa cidade, dentre eles as arenas esportivas, campos de futebol e os serviços de eventos e bufê. Opinou serem os dados e números relativos à Covid-19 favoráveis à reabertura, acrescentando que ela representaria geração de emprego e renda, sustento e alimento no momento difícil por que passamos. Devido à ação enérgica da Prefeitura Municipal de Belém - PMB e à ação enérgica do governo estadual nossa cidade era referência no Brasil no que tangia ao enfrentamento da pandemia, sustentou. Parabenizou todos os gestores que tiveram compromisso no combate à expansão da doença. Avaliou ser um entrave burocrático que impedia a atuação dos médicos cubanos no país, assim como ocorria com médicos brasileiros formados em outros países, e que seria possível regularizar a situação desses profissionais. Solidarizou-se aos médicos cubanos que foram afastados do trabalho, reconhecendo ter sido essencial a atuação deles durante o pico da pandemia em nosso estado. Colocou seu mandato à disposição desses profissionais para que se pudesse reverter a decisão judicial que os afastou e assim pudessem voltar e salvar vidas. Subiu à tribuna posteriormente o vereador Nehemias Valentim e acusou os partidários de esquerda de serem todos voltados à corrupção, de estabelecerem regras de comedimento que aplicam aos outros, mas imoralmente se locupletarem com o dinheiro público, deixando o povo na miséria. Disse que a esquerda agora mudara a cor da bandeira, trocando o vermelho pelo amarelo, mas não adiantava mudar a cor se o coração era corrupto, era bandido. Relatou ter visto uma novela da Rede Globo em que o filho homossexual tentava esconder isso dos pais, passando-se por heterossexual diante da família. Uma mulher apresentou-se como sua namorada, mas era negra e o pai do rapaz era homofóbico e racista. No final, a Globo fazia referência à Bíblia dizendo que devíamos amar uns aos outros. Considerou que defendiam a liberdade total na sociedade usando a palavra de Deus, defendiam uma sociedade em que se podia fazer tudo que se quisesse, até estuprar. Referindo-se ao caso da menina de dez anos estuprada e engravidada pelo próprio tio, disse haver milhares de casos semelhantes não noticiados, que ocorrem no seio das famílias e não têm essa repercussão. Em aparte, manifestou-se o vereador Joaquim Campos. Assumiu depois a palavra o vereador Toré Lima e trouxe dois assuntos à plenária que, julgou, ganhavam repercussão em alguns grupos nas redes sociais, ambos relativos à gestão do prefeito Zenaldo Coutinho. O primeiro deles seria a não realização da coleta de lixo na Avenida João Paulo II. Contou ter explicado no grupo onde isso fora divulgado que competia à PMB fazer a coleta e limpeza daquela via até a ponte de ferro e até aquele ponto ela estava limpa e dispunha de iluminação. A este respeito, referiu ser comum nesta época eleitoral a divulgação de *fake news*. Reportou-se depois a um ofício circular da PMB informando sobre a impossibilidade de os servidores receberem, a partir de então, qualquer vantagem ou valores incorporados, o que estava causando grande insatisfação entre os funcionários públicos municipais. Esclareceu que a circular baseava-se na Lei Complementar nº 173, de 27/05/2020, aprovada pelo Congresso Nacional. Expressou que a PMB não poderia ignorar uma lei federal sob pena de o gestor sofrer um processo por improbidade administrativa. Julgou, porém, que as solicitações de direitos adquiridos como a licença prêmio deveriam ser deferidas, deixando-se o usufruto deles para depois de 2021. Entretanto, tais solicitações estavam sendo simplesmente indeferidas. Informou ter enviado à Procuradoria Geral do Município de Belém, no dia anterior, um questionamento sobre esta prática, que considerava uma violação de direitos. Inteirou que dezenas de processos foram indeferidos, inclusive alguns com data anterior à aprovação da lei, o que não deveria acontecer porque a legislação não poderia ter efeito retroativo para prejudicar os servidores. Em aparte, manifestou-se o vereador Fernando Carneiro. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança.

Pela liderança do bloco PSC – PPS, José Dinelly contou ter visto um acidente vitimar um entregador em nossa cidade. Fez então uma pesquisa sobre a situação desses trabalhadores, verificando que eles não tinham apoio algum, não recebiam a mínima estrutura das empresas para as quais trabalhavam, reportou. Sofriam carregando mochilas pesadas contendo comida ou objetos e quando ocorriam acidentes não tinham amparo algum, acrescentou. Informou ter protocolado nesta Casa um requerimento solicitando a atenção do poder público municipal e do poder público estadual para a condição dessas pessoas. Levaria esta demanda até o prefeito Zenaldo Coutinho e avallaria a possibilidade de fazer um projeto de lei para que os entregadores de Belém tivessem um mínimo de assistência, afirmou, e faria o mesmo em relação ao governador Hélder Barbalho. Pela liderança do Democratas, Toré Lima convidou os demais parlamentares e os servidores desta Casa a participar da sessão especial que seria realizada no dia seguinte neste salão plenário, com a presença de representantes do Banco do Estado do Pará – Banpará. Nesta sessão, continuou, seria discutida a possibilidade de serem aplicadas aos servidores deste Poder as mesmas taxas de juro bancário e de multas cobradas aos servidores estaduais. Estudos técnicos preliminares mostravam absurdos cometidos pelo banco, tais como dar tratamento diferente aos clientes e considerar inadimplentes funcionários da CMB falecidos ou aposentados, participou. O Banpará, segundo soubera, apresentaria um relatório durante a sessão, sendo essencial que todos comparecessem para fazer questionamentos e dirimir eventuais dúvidas, externou. Criticou o não funcionamento do posto do banco na CMB no horário do almoço, levando as pessoas a esperar por meia hora para receber atendimento, e a não existência de um espaço reservado para receber os clientes, forçando-os a tratar de seus assuntos financeiros sem privacidade. Tendo visitado a Assembleia Legislativa do Estado do Pará – Alepa na semana anterior, não pôde entrar na agência do banco lá existente por não ser servidor da Alepa, mas o posto do Banpará existente na CMB estava sempre lotado, comparou. Disse que traria à sessão elementos como o decreto do governo estadual que estabelecia a política de taxas e juros para os servidores estaduais. O Banpará lançou o financiamento da casa própria para os servidores estaduais com apenas dez por cento de entrada, cientificou, questionando o motivo de esse financiamento não ser estendido aos servidores da CMB. A sessão não tinha por objetivo atacar o governo estadual, ressaltou, mas sim dar aos vereadores, assessores e servidores deste Poder o mesmo tratamento que o Banpará concedia aos servidores estaduais. Pela liderança do PSDB, Nehemias Valentim defendeu o parcelamento das dívidas a juros baixos para diminuir a inadimplência e permitir a regularização do crédito das pessoas e das empresas nesta época de crise devido à pandemia. Isso melhoraria também a arrecadação pública em todos os níveis, municipal, estadual e federal, avaliou. Devido à crise, prosseguiu, muitos empregados estavam fazendo acordos para evitar a falência das empresas. Entretanto, os governos, em todos os níveis, precisavam fazer sua parte e não serem tão ávidos em cobrar as dívidas, protestando-as em cartório. Pela liderança do MDB, Joaquim Campos propôs que se mobilizasse a Alepa para tentar diminuir a ocorrência de pedofilia na Ilha do Marajó. Na cidade de Cametá, no sábado anterior, exemplificou, uma criança de onze anos fora estuprada por seu tio. Pediu que as pessoas acionassem a polícia ao ter conhecimento de casos similares para que tais criminosos fossem retirados do convívio social. Defendeu que estupradores fossem misturados aos demais presos, ao invés de serem isolados em alas específicas nas prisões, para que fossem efetivamente ressocializados durante o tempo que passassem na cadeia. Em aparte, manifestou-se o vereador Sargento Silvano. Pela liderança do PV, Wilson Neto aludiu à grave agressão perpetrada pelo dono de uma barbearia, situada na Brás de Aguiar, contra um senhor que fora reclamar do barulho no local. O fato fora muito comentado pelos demais moradores da área, que também se queixavam do alto volume das caixas de som utilizadas naquele estabelecimento. Disse conhecer o autor da agressão, cognominado Carioca, pois cresceu naquela rua, e ficou surpreso com a brutalidade do ato. Declarou-se defensor do direito ao trabalho digno, mas contrapôs que o direito de uma pessoa acaba quando começa o direito da outra, sendo necessário respeitar o próximo. Pensando no caso da menina de doze anos, estuprada inúmeras vezes por anos e engravidada pelo próprio tio, confessou não saber onde, em algum momento, a sociedade errou o caminho por não ser admissível que se tentasse amenizar o crime cometido pelo estuprador ou que altas autoridades afirmassem existir abuso sexual prazeroso. Salientou ser necessário tomar providências para prender o criminoso, pois quem comete crime deve pagar na forma da lei, com todo o processo legal garantido. Ademais, continuou, o Conselho Nacional de Justiça - CNJ deveria averiguar quem vazou as informações sigilosas sobre o caso. Manifestou concordar que este parlamento deve dedicar-se, sobretudo, aos temas locais, que dizem respeito à cidade, mas observou haver assuntos que por sua importância não podem ser deixados de lado até porque os vereadores são formadores de opinião. Ainda que o nosso Código Penal fosse antigo e retrógrado, datado de 1940, se cada parlamentar atuasse como cidadão e legislador e cobrasse a bancada federal por mudanças nessa legislação, conseguiriam dar uma contribuição importante, arrazoou. Considerou natural que, devido à proximidade das eleições, os ânimos ficassem mais acirrados com a disputa, mas pediu que se evitasse a divulgação de falsas informações e a desinformação e se priorizasse o debate das propostas e ideias. Em aparte, manifestou-se o vereador Joaquim Campos. Findo este pronunciamento, o presidente Mauro Freitas observou que este parlamento aprovou o projeto estabelecendo a licitação do transporte público em nossa capital




e todas as audiências públicas relativas ao tema já haviam sido realizadas, tendo esta Casa cumprido o que lhe cabia fazer. Comunicou que a liberação dessa licitação estava no Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará – TCM/PA. Informou que seria encaminhada ao TCM/PA uma solicitação de informações sobre o motivo de não ter sido ainda exarada a liberação da licitação, pedindo a todos os parlamentares deste Poder que a subscrevessem. Havia pressa para a realização da licitação, pois o Sistema BRT já fora concluído e a população cobrava a implantação do ar condicionado nos ônibus, conforme estabelecia o projeto aprovado por esta Casa, indicou. O vereador Fabrício Gama sugeriu então que o vereador Mauro Freitas, na qualidade de presidente da CMB, ligasse para o presidente do TCM/PA, conselheiro Sérgio Leão, e fosse formada uma comissão de vereadores que levasse até ele, em mãos, um pedido de celeridade para a liberação da licitação. O presidente convocou depois as lideranças partidárias a participar de uma reunião para discutir o tema. Encerrado o Horário de Liderança, o presidente Mauro Freitas solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças para verificação de quórum. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Retomou-se então a votação do requerimento do vereador Wilson Neto solicitando a realização de uma sessão especial para ouvir os dirigentes da Companhia de Saneamento do Pará – Cosanpa e que esta Casa solicitasse a esta companhia cópia do contrato ou avença que embasasse a negociação de contratação de empresa privada para a substituição das tubulações de água no município de Belém e detalhes do programa Caixa D'Água para Todos. O requerimento solicitava ainda que a Cosanpa apresentasse um plano de recuperação da malha asfáltica e/ou um método de ressarcimento ao município pelos prejuízos causados em diversas vias da cidade, sem a devida recomposição. Fizeram encaminhamentos os vereadores Sargento Silvano (assumindo a presidência da Mesa, neste ínterim, o vereador Fabrício Gama), Toré Lima, Wilson Neto, Igor Andrade, Amaury da APPD, Fernando Carneiro e Rildo Pessoa, ficando o requerimento em votação. Encerrada a Primeira Parte da Ordem do Dia, foi feita a verificação de presença. Não havendo quórum, o presidente Fabrício Gama encerrou a sessão às dez horas e quarenta e cinco minutos. Estavam licenciados os vereadores Dr. Chiquinho, Bioco e Paulo Queiroz. Justificaram suas ausências os vereadores: Marciel Manão, Moa Moraes e Simone Kahwage. Estiveram presentes os vereadores: Dr. Elenilson, pelo Avante; Altair Brandão e Amaury da APPD, pelo bloco PT – PC do B; Professor Elias e Gleisson Silva, pelo PSB; Pablo Farah, pelo PL; Neném Albuquerque, Joaquim Campos e John Wayne, pelo MDB; Wellington Magalhães, Celsinho Sabino e José Dinelly, pelo bloco PSC – PPS; Enfermeira Nazaré Lima e Fernando Carneiro, pelo PSOL; Igor Andrade, pelo Solidariedade; Lulu das Comunidades, Professora Nilda Paula e Sargento Silvano, pelo bloco PSD – PTC; Mauro Freitas e Nehemias Valentim, pelo PSDB; Toré Lima, pelo Democratas; Adriano Coelho, pelo PDT; Rildo Pessoa, pelo PTB; Fabrício Gama, pelo PMN; Wilson Neto, pelo PV; Émerson Sampaio, pelo PP. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 19 de agosto de 2020.



1º Secretário



Presidente



2º Secretário